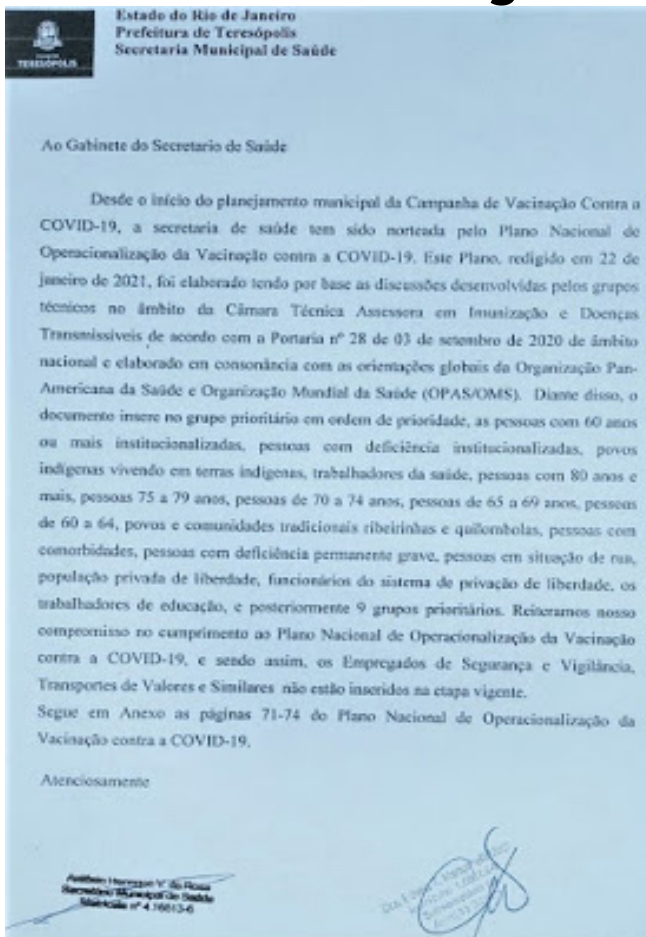




TERESÓPOLIS/RJ

Prefeitura de Teresópolis nega pedido do Sindicato para vacinação de vigilantes



A Prefeitura de Teresópolis, através da Secretaria de Saúde, negou o pedido do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis, Teresópolis e região que solicitava a inclusão da categoria na prioridade da vacinação contra a Covid-19.

O município alega que segue o Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação e que os trabalhadores da segurança privada não estão entre os grupos prioritários.

“Nosso pedido foi justamente para sensibilizar as autoridades municipais já que o Governo Federal nos colocou como atividade essencial e não priorizou os vigilantes na vacinação. Estamos todos os dias nas ruas, nos postos de trabalho sem a devida valorização e correndo riscos de contaminação. A falta de sensibilidade das autoridades está fazendo com que dezenas de vigilantes percam suas vidas”, afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato.

Entre abril de 2020 e março de 2021, a categoria de vigilantes é a sétima que teve desligamentos por conta de mortes, segundo o Caged.

“Vamos continuar lutando. Vamos insistir em vacinar os trabalhadores. Vacina Já para os Vigilantes”, conclui Linhares.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis

Sindicato protocola pedido de vacina para vigilantes na Secretaria de Saúde



O Sindicato dos Vigilantes de Barueri protocolou, junto à Secretaria de Saúde, um pedido de vacinação imediata contra a Covid-19 para os profissionais da segurança privada.

O documento foi protocolado no último dia 26/04 e agora o Sindicato aguarda uma posição do prefeito de Barueri, Rubens Furlan, e/ou do secretário responsável pela pasta, Dionisio Alvarez Mateos Filho.

Os vigilantes foram considerados trabalhadores essenciais por meio do Decreto Presidencial nº 10.282, de 20 de março de 2020, ainda no início da pandemia.

E por serem trabalhadores essenciais, os vigilantes não podem ficar em casa durante a pandemia. Entretanto, tamanha exposição os coloca em grande risco de contaminação.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira, não adianta colocar os vigilantes como trabalhadores essenciais e não dar a eles a proteção adequada. “Os números do Caged

mostram que os vigilantes estão entre os profissionais que mais morrem de Covid-19”, lamenta.

Diante dessa realidade, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri lançou a campanha #vacinaparaosvigilantesjá.

Amaro defende que os vigilantes sejam vacinados juntamente com as outras forças de segurança como policiais civis e militares, guardas municipais e bombeiros.

Ele destaca ainda que a categoria tem consciência que ainda não há vacina para todos e pede que cada brasileiro seja protegido o quanto antes. “Todos os brasileiros precisam, mas alguns profissionais estão mais expostos ao risco”, diz.

“Se o governo federal não tivesse sido incompetente e tivesse comprado vacina hoje muitos pais de família ainda estariam vivos”, finaliza.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Sindsegur 10 anos de lutas e conquistas



A fundação do Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes (SINDSEGUR) marca uma nova era na história dos vigilantes patrimoniais do RN.

No dia 21 de maio de 2010 cerca de 500 vigilantes de várias regiões do Rio Grande do Norte lotaram o auditório do Sesc, em Natal, durante a histórica Assembleia de pró-fundação do Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes (Sindsegur). Esta foi a pedra fundamental para a construção do nosso Sindicato, que nasceu legítimo e legal no dia 11 de maio de 2011.

Desde a sua fundação o nosso sindicato vem garantindo conquistas históricas, como o fim do vigilante júnior, o ticket alimentação, ganhos salariais, entre tantos outros avanços que tem valorizado a nossa categoria. A exemplo da data-base 2020/2022 em que a categoria obteve reajuste de 9,5% no salário base, que chegou ao valor de R\$ 1.508,33, sendo considerado o maior piso salarial de toda a região Nordeste.

Além disso, atual convenção também garantiu o aumento de 19% do vale alimentação, que passou para R\$ 20,23 entre tantos outros avanços que tem valorizado a nossa categoria.

A palavra de ordem do SINDSEGUR é união e força para avançar cada vez mais a luta pela valorização profissional.

No ano de 2018, a gestão “Luta e Transparência” deu mais um grande passo na história da nossa entidade, a compra da sede própria do Sindsegur, mais um patrimônio adquirido com a contribuição dos sindicalizados do nosso sindicato. O imóvel fica na rua Gonçalves Ledo, 787 centro de Natal.

Mais uma ação vitoriosa da atual diretoria do Sindsegur, que a cada dia só fortalece a organização da categoria. Uma grandiosa vitória que o SINDSEGUR comemora junto com todos e todas que estão sempre na luta com o nosso sindicato, especialmente os sindicalizados, que fortalecem a nossa entidade sindical com a sua contribuição de sócio e a participação constante em todas as atividades de luta.

Saudações a todos os que lutaram e, sobretudo, aos que continuam lutando junto com o Sindsegur. A diretoria do nosso sindicato, juntamente com os delegados sindicais e a categoria, enfrenta diariamente muitas batalhas para garantir o que já conquistamos. Junte-se a nós e venha fazer parte dessa história.

FONTE: [sindsegur](#)

Esclarecimento sobre exclusão de ações individuais no processo dos ex-vigilantes da Garra



Nesta terça-feira, 11 de maio, o Sindsecur foi notificado no processo referente aos ex-vigilantes da Garra sobre a exclusão de todos os trabalhadores com ações individuais.

Ressaltamos que o SINDSEGUR-RN não teve nenhum contato nos últimos dias com a Vara e o MPT concordou com as planilhas apresentadas pela nossa entidade.

Nosso sindicato estava aguardando alguns prazos nos processos de execução, que estão vencendo na data de hoje (11/05/2021), para somente a partir da quarta-feira (12/5) entrar em contato com a Vara, mas infelizmente fomos

surpreendidos com esta decisão.

Tais decisões às vezes, uma cobrança mal feita por alguém, pode ter gerado essas consequências graves!

Nossa entidade entrará em contato com a Vara na data desta quarta-feira (12/5) para uma possível reunião com a Juíza, a fim de esclarecermos melhor a situação.

Quaisquer esclarecimentos, solicitamos que entrem em contato conosco

Telefone: 3322-2076 ou Whatsapp 99989-0124.

FONTE: sindsecur

VIGILANTES EX-PROAGIL/BAHIATER: COM A AUSENCIAS DA PROAGIL E BAHIATER AUDIENCIA FOI ADIADA PARA DIA 19/5



A Diante da ausência da Proagil e da Bahiater na audiência de mediação realizada nesta terça-feira (11/5) pela Procuradoria do Trabalho do Município de Feira de Santana – PTM-FS a

Procuradora decidiu pela remarcação de nova audiência para o dia 19 de maio, às 11hs, através de videoconferência, ficando o Sindicato de informar a PTM outros meios de contato com a empresa e o órgão estadual.

Hoje mesmo o Sindicato enviou todos os e-mails e telefones da Proagil e da Bahiater para que não tenham justificativa de faltarem na audiência agendada.

A luta é pelo pagamento dos direitos dos Vigilantes e contra o calote e caloteiros

Sem calote, sem quebração!

Todos na luta.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

PAGAMENTO DE PROCESSO – GUARDIÕES/ CAIXA: 2º CRÉDITO PARA 7 COLEGAS EX- GUARDIÕES/CAIXA NUM MESMO PROCESSO

Nesta terça-feira, 11, ficou pronto os cheques para sete colegas ex-Guardiões/Caixa Econômica Federal num processo de 2014.

Neste processo os colegas já tinham recebido um credito inicial e agora recebem mais um valor.

A Guardiões foi uma quebrona de Pernambuco que armou uma falência duvidosa e o Sindicato, junto com os colegas souberam fazer a luta e correr atras dos seus direitos.

É mais uma conquista para este grupo. Para quem tem fé na luta.

Os colegas já podem comparecer ao Sindicato a partir desta quarta-feira, 12 de maio, sempre

das 08 às 11h, levando original e cópia do RG e nº do PIS.

Parabéns!

É luta.

É conquista para quem combate caloteiro e tem FÉ NA LUTA.

Confira:

PROCESSO 333.2014.31ª - SINDVIGILANTES/BA
X GUARDIÕES/ CAIXA

- ARIVALDO ROQUE SANTOS PEREIRA
- GENIVALDO SILVA DE JESUS
- GILBERTO XAVIER DA SILVA
- PERICLES ROSA MOREIRA
- ROBERTO ANDRADE DOS SANTOS
- ROBSON SOUZA SANTOS
- SANDRA CAETANA DA ANUNCIAÇÃO

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Casa da Moeda é condenada a pagar R\$ 50 mil a sindicato por assédio moral coletivo

Decisão da Justiça do Rio de Janeiro é considerada uma vitória da luta sindical e um exemplo para que gestões de empresas públicas não pratiquem perseguição contra trabalhadores



Em uma decisão importante para os trabalhadores, trabalhadoras e para os sindicatos combativos, a 50ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro condenou a Casa da Moeda a indenizar o Sindicato Nacional dos Moedeiros em R\$ 50 mil, por prática de assédio moral contra os empregados da estatal durante o

período de agosto de 2019 a outubro de 2020.

De acordo com o advogado que representa o sindicato, Maximiliano Garcez, a ação se baseou em práticas abusivas por parte da diretoria que assumiu a gestão em 2019 implementando um método de perseguição aos trabalhadores, ameaçando direitos por meio de constantes comunicados, rejeitando atestados médicos e até modificando locais de creches para dificultar a vida de trabalhadoras que têm filhos.

Na decisão, divulgada na última sexta-feira (7), a juíza Maria Alice de Andrade Novaes, reconheceu que os trabalhadores sofreram abusos e, em sua sentença, declarou que “ficou comprovado que a diretoria, que assumiu em 2019, chegou “impondo verdadeira gestão de perseguição e terror, gestão de choque”. Confira abaixo trecho da sentença da juíza, em que relata a comprovação do assédio.

A análise minuciosa dos depoimentos pessoais prestados em Juízo em conjunto com os documentos da inicial, demonstram com clareza as ilicitudes e abusos praticados pela Ré, que configuram assédio à categoria e a chamada “gestão por terror”, tudo no mesmo contexto.

Ficou comprovado que a Diretoria que assumiu em 2019 chegou de forma avassaladora abalando as estruturas, prometendo diversas reformas, com sucessivos comunicados de ameaça de perda de direitos, criação de comissões para refutar atestados médicos, impondo verdadeira gestão de perseguição e terror, gestão de choque, o que causou significativo abalo emocional entre os trabalhadores, com sensação de insegurança em toda a categoria, conflitos com o sindicato, e uma situação de comoção, de desagregação da classe.

O fato da gestão referida já estar afastada não apaga o abalo que provocou e os danos daí decorrentes.

De acordo com a ação, a gestão “tentou criar um clima de indisposição entre o sindicato e a categoria; passou a duvidar da integridade dos funcionários, além de uma série de atitudes que abalaram o estado psicológico dos trabalhadores”, diz o advogado.

Para o presidente do sindicato dos Moedeiros, Roni Oliveira, é uma vitória importantíssima que serve como exemplo tanto para a nova direção, que assumiu em outubro de 2020, quanto para as demais gestões de outras estatais.

“A decisão vem para reparar o dano sofrido pelos trabalhadores que não estavam suportando mais o assédio e as situações diárias de humilhação por parte da antiga diretoria. Situações que se estendiam, inclusive, ao próprio sindicato”, ele conta.

Ainda cabe recurso, mas o advogado Max Garcez também considera que a sentença é um precedente importante para futuras lutas do movimento sindical. “Não configurou apenas o assédio moral como grave em questões individuais, mas de uma maneira sistêmica - como uma política de gestão de empresa”, diz o advogado.

Não eram fatos isolados e sim uma conduta adotada contra o conjunto dos trabalhadores. Isso é grave- Maximiliano Garcez

“O psicológico dos trabalhadores ficou abalado. Esse clima [de terror e de insegurança] não é prejudicial apenas aos trabalhadores. Prejudica a sociedade como um todo, porque é uma empresa pública. Prejudica os serviços públicos. Ninguém se beneficia disso”, diz o advogado.

Assédio como parte do projeto de destruição do serviço público

Motivo principal do assédio moral praticado pela Casa da Moeda à época, foi a inclusão do órgão no plano de privatizações do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL).

De acordo com Roni Oliveira, a prática foi adotada de forma consciente por parte da direção que assumiu a gestão do órgão, como forma de pressionar os trabalhadores a se demitir. “Assim, na hora da privatização, os custos estariam reduzidos para quem fosse ‘comprar’ a estatal”, diz o presidente do sindicato.

Esse modelo de gestão estava dentro de um roteiro de enxugamento de custos e de pressão psicológica para forçar uma saída em massa dos trabalhadores, fosse por demissão voluntária ou pedido de transferência- Roni Oliveira

Na prática, para os trabalhadores, as sensações causadas pela situação foram de desespero. “Eles ouviam que era para pedir as contas porque a empresa ia fechar. Ao mesmo tempo eram feitas audiências públicas em Brasília para discutir a privatização”, conta o Diretor-Secretário do sindicato, Edson Silva.

Perda de direitos

Os ataques da gestão da Casa da Moeda, que teve início em agosto de 2019 e se estendeu até outubro de 2020, promoveu diversas perdas para os trabalhadores. Em 2020, no dia 1º de janeiro, data base da categoria, o Acordo Coletivo de Trabalho não foi renovado e a administração anunciou o fim de benefícios dos quase 2 mil trabalhadores.

Entre eles, o adicional de insalubridade, o vale alimentação, cartão remédio, além do aumento do valor do plano de saúde em 75% para os dependentes e a retirada da creche para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os trabalhadores tiveram de arcar com parcela maior também nas despesas com transportes. Passou de 1% para 6% dos salários. A sede da estatal fica em um lugar afastado da região central, portanto, com acesso mais difícil.

Além dos ataques, uma outra conduta adotada pela gestão foi a de dificultar o Plano de Carreira, Cargos e Salários de trabalhadores (PCCS). De acordo com o sindicato, a direção obrigava os gerentes a avaliar de forma negativa os trabalhadores para que fossem prejudicados no PCCS.

Ainda sobre a ação, o presidente do Sindicato Nacional dos Moedeiros, afirma que a batalha para que decisão prevaleça nas demais instâncias continua e uma vez vencidas todas as etapas, uma assembleia será realizada com os trabalhadores para definir a destinação dos R\$ 50 mil – valor da indenização devida à entidade até o momento.

FONTE: CUT - Andre Accarini

Sancionada lei para trabalho remoto de grávidas

Norma prevê que gestantes devem permanecer afastadas das atividades presenciais, “sem prejuízo de sua remuneração”



**Empregas gestantes deverão ser afastadas durante a pandemia
PIXABAY**

O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que dispõe sobre o afastamento de empregadas grávidas de atividades presenciais durante a pandemia do coronavírus. A sanção da lei a Lei 14.151 foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (13).

O projeto prevê que empregadas gestantes devem permanecer afastadas das atividades

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

presenciais, “sem prejuízo de sua remuneração”.

O texto determina ainda que a empregada afastada ficará à disposição para “exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância”.

FONTE: R7

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF